

Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

Módulo 6 – Penalidades

Submódulo 6.2 – Notificação e gestão do pagamento de penalidades

ÍNDICE

1. *INTRODUÇÃO*
2. *OBJETIVO*
3. *PREMISSAS*
4. *LISTA DE DOCUMENTOS*
5. *FLUXO DE ATIVIDADES*
6. *DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES*
7. *ANEXOS*

| Revisão | Motivo da Revisão | Instrumento de aprovação pela ANEEL | Data de Vigência |
|---------|--|--|---------------------|
| 1.0 | Primeira versão aprovada (CP 05/2012) | Despacho nº 3.215/2012 | 16.10.2012 |
| 1.1 | Adequação de Prazos | Despacho nº 283/2013 | 04.02.2013 |

1. INTRODUÇÃO

Os agentes vendedores devem apresentar lastro para a venda de energia e de potência para garantir 100% (cem por cento) de seus contratos, assim como os agentes consumidores devem atender 100% (cem por cento) de seu consumo por meio de geração própria ou de contratos de compra de energia registrados na CCEE, conforme previsto em regulamentação vigente.

Os agentes de medição são os responsáveis pela instalação, operação e manutenção do Sistema de Medição para Faturamento - SMF, de forma a garantir a veracidade dos dados utilizados pela CCEE nos processos de contabilização do Mercado de Curto Prazo - MCP, conforme previsto no submódulos 1.2 - Cadastro de Agentes e 6.1 – Penalidades de Medição.

Além da obrigação de comprovação de lastro para venda e da responsabilidade pela instalação, operação e manutenção do SMF, os agentes proprietários de usinas termelétricas despachadas centralizadamente estão sujeitos a penalização caso o empreendimento venha a apresentar indisponibilidade decorrente da falta de combustível, conforme regulamentação específica.

Em caso de descumprimento de tais regras, a CCEE apura penalidades e notifica o agente infrator para pagamento ou eventual apresentação de contestação que será deliberada pelo Conselho de Administração - CAD da CCEE que determina ou não a cobrança da penalidade.

2. OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos e os prazos do processo punitivo que abrange:

- a) notificação de penalidades aos agentes;
- b) contestação das penalidades; e
- c) gestão do pagamento das penalidades aplicadas.

3. PREMISSAS

Notificação e Contestação

3.1. Os Termos de Notificação - TNs - enviados aos agentes devem conter as informações que seguem:

- a) Identificação da CCEE e respectivo endereço;
- b) Local e data da expedição do TN;

- c) Identificação e assinatura do Superintendente da CCEE;
 - d) Nome, endereço e qualificação do agente notificado;
 - e) Indicação do ato regulatório pertinente vigente descumprido;
 - f) Indicação do ponto de medição, caso aplicável;
 - g) Mês de referência e número do TN;
 - h) Indicação do perfil de agente, caso aplicável;
 - i) Descrição do tipo de penalidade apurada;
 - j) Referência aos submódulos específicos dos Procedimentos de Comercialização que tratam de penalidades;
 - k) Indicação e valor em moeda nacional corrente da penalidade notificada;
 - l) Prazo para apresentação da eventual contestação, indicação de destinatário e local para seu encaminhamento.
- 3.2. O agente pode apresentar contestação ao TN à CCEE em até 15 dias úteis após recebimento, conforme submódulo 1.4 - Atendimento.
- 3.3. A contestação é um documento elaborado pelo próprio agente, que deve ter as informações que seguem:
- a) Mês de referência e número do TN;
 - b) Qualificação do agente notificado;
 - c) Os fatos e os fundamentos técnicos da contestação;
 - d) Todas as provas necessárias para a comprovação de suas alegações;
 - e) Local e data;
 - f) Identificação e assinatura do representante legal do agente notificado.
- 3.4. Caso o agente não apresente contestação no prazo definido no Fluxo de Atividades deste submódulo, a penalidade apurada é automaticamente incluída no processo de cobrança de penalidades, no primeiro ciclo de pagamento que ocorrer imediatamente após o prazo para contestação.
- 3.5. Caso o agente apresente a contestação, o CAD da CCEE deve avaliar justificativa e deliberar sobre a contestação em até 30 dias úteis após o recebimento do TN.

- 3.6. O Conselheiro Relator do processo pode sobrestá-lo para solicitar a realização de diligências, esclarecimentos e/ou a apresentação de documentos adicionais que entender necessários à adequada instrução do processo.
- 3.7. Durante o período de sobrestamento do processo, a contagem dos prazos definidos no Fluxo de atividades deste submódulo fica suspensa.
- 3.8. Caso o CAd delibere pelo integral provimento da contestação, o respectivo TN é arquivado. Contudo, quando deliberar pelo não provimento ou provimento parcial da contestação, as penalidades devem ser incluídas no processo de cobrança.
- 3.9. A decisão do CAd acerca da contestação é informada ao agente em até 35 dias úteis após o recebimento do TN, e com aviso de recebimento.
- 3.10. Penalidades apuradas com montante igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem Reais) não devem ser objeto de notificação ao agente. O valor de R\$ 100,00 (cem Reais) pode ser alterado por deliberação do CAd.

Gestão do Pagamento de Penalidades

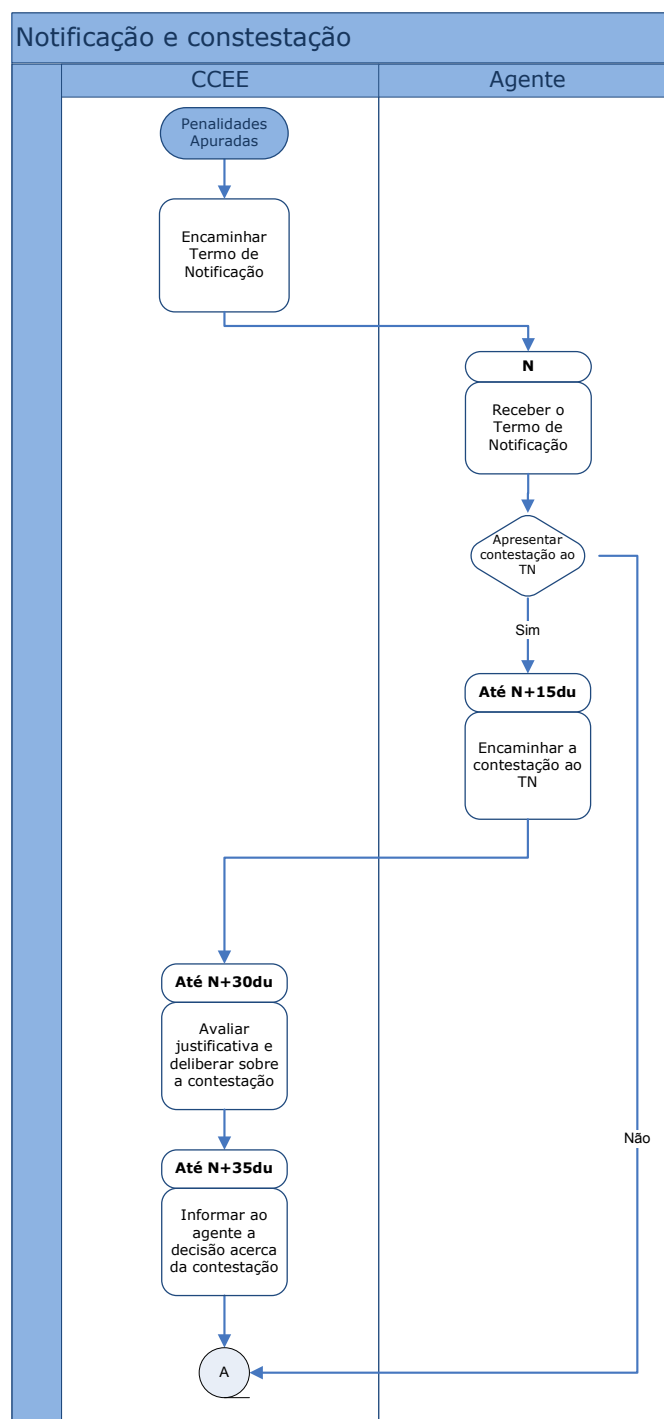
- 3.11. Todas as penalidades, cujas aplicações sejam deliberadas pelo CAd até o décimo quarto dia útil do mês, são incluídas no processo de cobrança de penalidades no primeiro ciclo de pagamento que ocorrer imediatamente após este prazo. As penalidades aprovadas pelo CAd após esta data são incluídas no próximo ciclo de pagamento e têm a mesma data de vencimento, definida no Fluxo de atividade deste submódulo.
- 3.12. A CCEE deve disponibilizar relatório de pré-pagamento de penalidades aos agentes, que contém as penalidades a serem cobradas.
- 3.13. A CCEE encaminha o mapa de pagamento de penalidades ao agente de liquidação com os valores a serem pagos pelos agentes.
- 3.14. Os agentes penalizados devem depositar os recursos financeiros correspondentes em sua conta corrente específica da liquidação financeira do MCP.
- 3.15. O pagamento das penalidades ocorre no mesmo dia da liquidação dos créditos da contabilização do MCP. Esta data, conforme indicado na Descrição de Atividades deste submódulo, pode ser alterada pelo CAd da CCEE mediante aviso prévio aos agentes.
- 3.16. Caso o agente penalizado seja credor na liquidação financeira do MCP, este crédito é utilizado para quitação das penalidades.

- 3.17. Caso o agente não apresente recursos financeiros suficientes para quitação integral das penalidades, o eventual saldo de garantias financeiras é executado para pagamento.
- 3.18. Caso o agente não apresente saldo para o pagamento integral das penalidades, mesmo após a utilização das garantias financeiras, cada penalidade é considerada parcialmente adimplida na proporção dos recursos debitados.
- 3.19. Caracterizada a inadimplência, sobre o valor do débito remanescente do respectivo agente incide a multa de 5% (cinco por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata *die*, além da atualização monetária, com base no último índice IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas na data do cálculo, considerando o período desde a data na qual a penalidade deveria ter sido paga até o dia que antecede a próxima liquidação financeira de penalidades. Caso o último índice divulgado seja negativo, o mesmo é desconsiderado e, neste caso, não há atualização monetária.
- 3.20. A CCEE deve disponibilizar relatório de pós-pagamento de penalidades aos agentes, contendo todas as informações sobre as penalidades pagas e/ou pendentes de pagamento, nos prazos previstos neste submódulo.
- 3.21. A CCEE deve informar a eventual ocorrência de inadimplência à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos prazos previstos neste submódulo.
- 3.22. Os valores pagos de cada tipo de penalidade são inseridos na contabilização subsequente, de acordo com a destinação prevista nas Regras de Comercialização.
- 3.23. A eventual devolução de valores pagos relativos a penalidades e possíveis encargos moratórios respectivos ocorre somente por meio de processamento de recontabilização, conforme submódulo 5.1 – Contabilização e Recontabilização.
- 3.24. Em caso de desligamento de um agente com sucessão, as eventuais penalidades existentes devem ser transferidas ao agente sucessor, ficando este com a obrigação de quitá-las, conforme submódulo 1.5 - Desligamento.

4. LISTA DE DOCUMENTOS

Não aplicável.

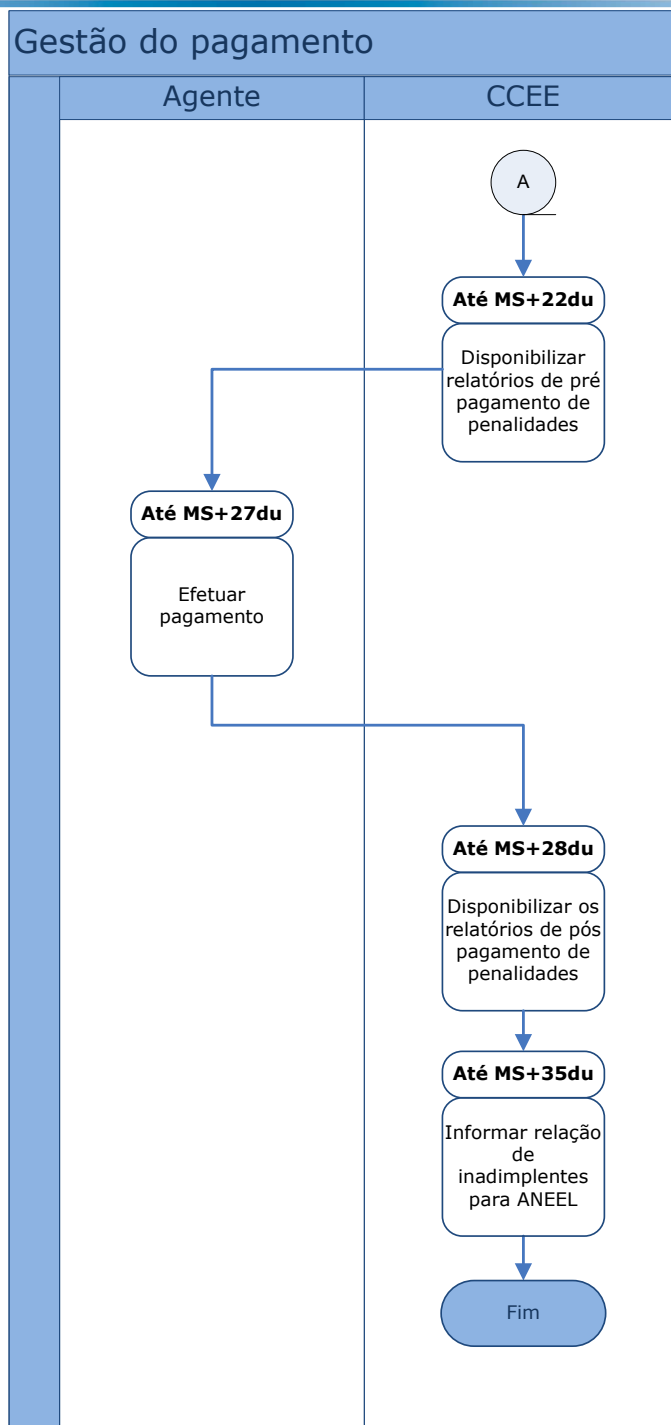
5. FLUXO DE ATIVIDADES



Legenda:

N: data de recebimento do Termo de Notificação de penalidade

du: dias úteis



Legenda:

MS: mês seguinte ao mês de recebimento do termo de notificação pelo agente ou mês seguinte da decisão acerca da contestação, caso exista

du: dias úteis

6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

Notificação e contestação

| ATIVIDADE | RESPONSÁVEL | DETALHAMENTO | PRAZO |
|--------------------------------|-------------|--|------------|
| Encaminhar os TNs aos agentes | CCEE | A CCEE prepara e encaminha aos agentes, os Termos de Notificação das penalidades apuradas. | - |
| Receber o TN | Agente | - | N |
| Apresentar contestação ao TN | Agente | <p>Não: A penalidade entra para a gestão do pagamento.</p> <p>Sim: Encaminhar a contestação ao TN.</p> | - |
| Encaminhar a contestação ao TN | Agente | Caso entender cabível o agente pode elaborar e encaminhar a contestação ao TN, à CCEE. | Até N+15du |

| ATIVIDADE | RESPONSÁVEL | DETALHAMENTO | PRAZO |
|---|-------------|---|------------|
| Avaliar justificativa e deliberar sobre a contestação | CCEE | O CAd da CCEE deve analisar a contestação enviada pelo agente e deliberar pelo seu provimento parcial, total ou não provimento. | Até N+30du |
| Informar ao agente a decisão acerca da contestação | CCEE | A CCEE deve informar o agente da decisão do CAd. | Até N+35du |

Legenda:

N: data de recebimento do Termo de Notificação de penalidade

du: dias úteis

Gestão do pagamento

| ATIVIDADE | RESPONSÁVEL | DETALHAMENTO | PRAZO |
|--|-------------|---|-------------|
| Disponibilizar os relatórios de pré-pagamento de penalidades | CCEE | Os relatórios de pré-pagamento de penalidades devem ser disponibilizados aos agentes contendo os valores a serem pagos e respectivas datas de vencimento. | Até MS+22du |
| Efetuar pagamento | Agente | Os agentes penalizados devem depositar os recursos necessários ao pagamento das penalidades na conta corrente da liquidação financeira. | Até MS+27du |
| Disponibilizar os relatórios de pós-pagamento de penalidades | CCEE | Os relatórios de pós-pagamento de penalidades, que contém os valores efetivamente quitados, devem ser disponibilizados aos agentes. | Até MS+28du |
| Enviar para ANEEL documento com os agentes inadimplentes | CCEE | A CCEE deve informar à ANEEL a relação com os agentes inadimplentes no pagamento das penalidades. | Até MS+35du |

Legenda:

MS: mês seguinte ao mês de recebimento do termo de notificação pelo agente ou mês seguinte da decisão acerca da contestação, caso exista

du: dias úteis

7. ANEXOS

7.1 – Termo de notificação

| |
|---|
| <p>Termo de Notificação nº (Número do Termo/Ano)</p> <p>Tipo de Penalidade</p> <p>Especificação da classe do agente penalizado</p> |
|---|

1. Emissor

| | |
|-----------|--|
| Nome: | Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE |
| Endereço: | Alameda Santos, 745 – 9º andar, São Paulo – SP |

2. Empresa Notificada

| | |
|------------------------------|--|
| Nome: | |
| CNPJ: | |
| Categoria no âmbito da CCEE: | |
| Endereço: | |

3. Descrição dos Fatos Apurados

| |
|--|
| <p><i>(Fato gerador da penalidade: descrição da não conformidade - especificação da insuficiência apurada ou do ponto de medição e base regulatória para sua apuração)</i></p> |
|--|

| | |
|--------------------|------------------|
| Mês de referência: | (contabilização) |
|--------------------|------------------|

4. Penalidade Técnica/Medição

| | |
|--|-----------------------|
| Penalidade aplicável, calculada conforme, Módulo de Penalidades das Regras de Comercialização/PdC 6.1 – Penalidades de Medição | (Valor da Penalidade) |
|--|-----------------------|

São Paulo,dede

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Superintendente

O Agente notificado que optar por apresentar Contestação da Notificação, deverá encaminhá-la ao Conselho de Administração da CCEE, no endereço: Alameda Santos, 745 – 9º andar, Cerqueira César – São Paulo – SP CEP: 01419-001, A/C da Central de Documentação – CEDOC, das 08h00 às 18h00, com identificação e assinatura do Representante Legal.

O prazo para apresentação de Contestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento desta notificação.